

Moradores exigem fim do comércio nas 700

Ísis Valle

A Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) informou ontem, por meio da assessoria de imprensa, que não haverá nenhum tipo de ação de retirada dos estabelecimentos comerciais existentes nas quadras 700 da W3 Sul essa semana. Em sessão extraordinária na Câmara Legislativa para debater o assunto, o presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires, reivindicou a retirada dos comércios do local. Os moradores alegam que as pensões são apenas fachadas para

bordéis, centros de prostituição e de tráfico de drogas, que desvalorizam os imóveis da região.

A líder do PT, deputada distrital Érika Kokay, reforça os argumentos dos moradores e acrescenta que a fiscalização não pode atuar na área "A Vigilância Sanitária e a Defesa Civil não podem entrar nesses locais porque eles são registrados como residência. Os órgãos precisariam de mandado de segurança para exercer a fiscalização", disse a deputada.

Os comerciantes ignoram as acusações e afirmam que não há provas concretas de que os vizinhos não querem o funciona-

mento dos estabelecimentos perto das residências. "É um absurdo quererem tirar a gente de lá agora depois de o governo mesmo ter concedido o alvará de funcionamento, apesar de ter retirado depois", protestou a comerciante e moradora da 700, Maria Aparecida, uma das representantes da categoria na sessão.

O vice-presidente da Federação do Comércio do DF (Fecomércio), Dilson Fernando Barboza, afirmou que a ocupação da 700 pelos salões de beleza, restaurantes e pensões não se justifica em uma cidade setorizada como Brasília. "Nós defendemos

o comerciante, mas cada coisa tem o seu lugar", afirmou Dilson. Ele acredita que a W3 Sul seria valorizada se fosse transformada num shopping horizontal nas 500 e houvesse atividades culturais no local de sexta-feira a domingo. "Não é possível a capital do Brasil não ter uma avenida comercial e cultural. É vergonhoso ver as portas baixas e pixadas todos os dias e o local se degradando".

A retirada dos comércios das quadras 700 é uma exigência do tombamento histórico de Brasília. Pelo projeto original de Lucio Costa, as quadras acima da W3

seriam destinadas a residências e as de baixo seriam mistas, com comércio no primeiro andar e residências no segundo. "Manter o comércio nas 700 seria uma proposta populista e mercantilista, que não preserva a ordem urbanística e a paz dos moradores da cidade", defendeu o deputado Chico Leite (PT).

Atualmente, todos os estabelecimentos comerciais dessas quadras funcionam sem alvará de Funcionamento e, por tanto, estão em situação irregular. O deputado Wilson Lima, da Comissão de Revitalização da Avenida W3 Sul (Prona) acredita que

só a retirada dos comércios não resolve a situação, tem que haver uma revitalização total da avenida. "A W3 não atrai mais a o brasiliense e as grandes lojas migraram para os shoppings, temos que incentivar o comércio local nas 500", disse Wilson Lima. A proposta do deputado é que as empresas da avenida possam investir 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) em capital de giro e que esse valor possa ser pago em 30 anos. A medida seria parte do Pró-DF 2, que tem como objetivo ampliar a capacidade econômica do DF.